

A VIA SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Genauto Carvalho de França Filho*

RESUMO

O presente texto discute como a solidariedade pode estar presente, de maneira estruturante, numa plataforma de promoção do desenvolvimento local. Nosso argumento considera que uma plataforma desse tipo supõe o horizonte de uma outra economia e de um outro modo de desenvolvimento cujos princípios e valores de um mercado auto-regulado não ocupam a centralidade nas relações de troca. A idéia é mostrar que tal plataforma configura uma concepção geral de promoção do desenvolvimento, aqui definida como via sustentável-solidária. Após contextualizar a problemática situando a pertinência dessa via hoje, o texto discute criticamente a solução mais comumente adotada para combater a falta de trabalho. Discute-se, em seguida, a natureza da via sustentável-solidária, bem como suas bases e fundamentos teóricos, para ao final abordar-se a construção prática dessa via, levando-se em consideração seus principais desafios.

ABSTRACT

This article discusses how the solidarity can be present structuring a platform for promoting local development. Our argument is that such a platform involves the prospect of another economy and another mode of development in which principles and values of a market self-regulation does not occupy the centrality in relations of exchange. The idea is to show that this platform sets a general concept of promoting development, defined here as a sustainable path-solidarity. After contextualize the problem by placing the relevance of that today, the text critically discusses the most commonly adopted solution to deal with the lack of work. Furthermore, it discusses that sustainable and solidary based ways and also their bases and theoretical foundations and for the end approaching the construction of this practice by taking into account its main challenges.

* Prof. CIAGS/EAUFBA

O presente texto discute como a solidariedade pode estar presente, de maneira estruturante, numa plataforma de promoção do desenvolvimento local. Nosso argumento considera que uma plataforma desse tipo supõe o horizonte de uma outra economia e de um outro modo de desenvolvimento em que princípios e valores de um mercado auto-regulado não ocupam a centralidade nas relações de troca. A idéia é mostrar que tal plataforma configura uma concepção geral de promoção do desenvolvimento, aqui definida como via sustentável-solidária. Ao longo do texto discute-se essa via em seus múltiplos aspectos.

Inicialmente, procura-se demonstrar em relação a que tipo de problemática de sociedade a via sustentável-solidária se situa hoje. Nesse momento, aborda-se o tema da crise do trabalho como a questão de fundo situando nossa discussão. Num segundo momento, o intuito é de mostrar em relação a que tipo de abordagem a via sustentável-solidária se opõe. Trata-se, nesse momento, de apresentar criticamente a via comumente utilizada como solução para o problema da crise do trabalho, aqui denominada de via insercional-competitiva.

Em seguida, num terceiro momento, discute-se em que consiste a via sustentável-solidária, destacando-se a centralidade do conceito de rede de economia solidária enquanto uma prática concreta de promoção do desenvolvimento. Tal prática é examinada em relação a três aspectos fundamentais: definição, objetivos e formas de manifestação.

Num quarto momento, a preocupação é de apresentar as bases conceituais que servem de fundamentação para o entendimento desse tipo de prática. Para tanto, recorre-se a um debate importante que se encontra no coração da antropologia econômica acerca do significado do conceito de economia. O objetivo, nesse momento, é de desconstruir o paradigma convencional de entendimento do fato econômico, a fim de propiciar uma compreensão adequada sobre a via sustentável-solidária de desenvolvimento. Para tanto, defende-se uma concepção de economia plural e discutem-se algumas de suas implicações em termos de pressupostos de visão de realidade.

Finalmente, na conclusão, busca-se demonstrar o processo de construção de uma via sustentável-solidária de promoção do desenvolvimento local hoje e alguns de seus principais desafios apresentados.

Diagnóstico de Contexto Inicial: a problemática atual da crise do trabalho

A busca de alternativas ou caminhos para a promoção do desenvolvimento tem se tornado uma preocupação constante, nos últimos anos, em razão do contexto bastante específico da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Com o recrudescimento do desemprego em muitos países, especialmente a partir do início dos anos 80, as sociedades contemporâneas conhecem um fenômeno novo, batizado por muitos analistas por meio da expressão "crise do trabalho".

Existem muitas formulações para esse problema (AZNAR, 1993; RIFKIN, 1995; GORZ, 1988 e 1997; CASTELS, 1995; DE MASI, 1999; LAVILLE, 1994 e 1997). A título de ilustração, importa sublinhar dois aspectos relativos à realidade brasileira e européia, respectivamente:

- P.Singer, pensando no caso da economia brasileira, constata, ao final dos anos 90, uma dinâmica que ele chama de "desassalariamento da economia": de cada 10 postos e trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. Nos últimos anos, o país tem passado por um processo de recuperação significativo do chamado emprego formal, modificando o dado anterior. Contudo, o tamanho do *déficit* de trabalho formal continua extremamente elevado, refletido no tamanho da

informalidade aqui existente, o que aponta um horizonte de superação desse *déficit* quase impossível, pois supõe taxas de crescimento econômico acima de 10% ao ano durante pelo menos duas décadas;

- Na Europa, discute-se um paradoxo: embora o emprego perca, pouco a pouco, sua centralidade, este ainda é considerado e tratado como principal vetor de integração social; uma referência fundamental e principal elemento de constituição das identidades individuais e coletivas, ou seja, de garantia de reconhecimento social das pessoas. É precisamente essa situação que traz para o centro do debate público, nesses países, um problema definido em termos de crise na construção dos vínculos sociais, ou seja, uma crise relativa à construção da sociabilidade das pessoas, ensejando graves problemas relativos a exclusão social.

Assim, nos países de capitalismo avançado, nos quais as economias de mercado revelam fortes graus de saturação, essa questão se transforma num grande drama social, conforme explicitado por Sennet (1999), quando reflete sobre a realidade norte-americana ou, ainda, Castels (1995), sobre o caso francês.

Já nos países das chamadas "economias emergentes", dado o grau inferior de saturação de suas economias de mercado, se aposta, ainda, firmemente na capacidade destas (via crescimento econômico) em responder a tal problemática. A via encontrada, nesse caso, passa pela afirmação da idéia de inserção por meio do processo convencional econômico, apoiada nas noções de empreendedorismo e micro-crédito.

Face à crise do trabalho, consideramos, portanto, que duas grandes avenidas de respostas se apresentam. Tais caminhos, que aqui chamaremos respectivamente de "via insercional-competitiva", de um lado, e de "via sustentável-solidária", do outro, refletem duas grandes éticas que orientam soluções de combate ao desemprego ou de promoção do desenvolvimento local: uma ética da competição, em oposição a uma ética da cooperação. A primeira é herdeira da filosofia moral utilitarista nascida no século XVIII na Grã-Bretanha, e que acabou por influenciar, fortemente, grande parte do pensamento econômico clássico, especialmente aquele de matriz smithiana. Segundo o princípio utilitarista, considera-se ser justo, bom e mesmo desejável que cada indivíduo busque satisfazer suas necessidades egoísticas, pois assim a sociedade encontraria seu bem-estar social e a felicidade. Trata-se, aqui, do fundamento da idéia de individualismo moderno que tanta influência causa nas mentalidades de hoje. Não parece desnecessário lembrar que esse tipo de fundamento encontra-se na base das soluções mais comumente encontradas hoje como caminho para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento, as quais se articulam em torno do que chamaremos, aqui, de uma concepção insercional-competitiva.

A via insercional-competitiva

O que estamos aqui definindo como uma concepção insercional-competitiva diz respeito às soluções construídas em torno da idéia de inserção pelo econômico. Esta consiste em buscar inserir a população desempregada nos chamados circuitos formais da economia, constituídos, sobretudo, pelos postos de trabalho gerados na economia de mercado por meio das empresas privadas e, subsidiariamente, das instituições públicas de Estado em seus mais variados níveis, via concurso público, quando acontece.

A visão de inserção pelo econômico apóia-se num diagnóstico bastante específico sobre as razões do desemprego: trata-se de pensar que este é devido, fundamentalmente, a um problema de desqualificação da mão-de-obra ou força de trabalho. Nesse intuito, a inserção pelo econômico compreende uma questão de melhoria das condições de empregabilidade da população para assumir os postos de trabalho supostamente disponíveis na chamada economia de mercado. Tal visão revela-se muito congruente com a própria tradição mais antiga de tratamen-

to do desemprego no país, quando as políticas de trabalho, praticamente, resumiam-se a uma questão de oferta de cursos de qualificação profissionalizantes em massa; contando, nesse caso, com forte apoio do chamado setor patronal, por meio do papel ativo das instituições do "sistema S" na oferta de tais cursos.

Em que pese a influência importante do problema da baixa qualificação profissional, o qual afeta a dinâmica do desemprego, o fato, por outro lado, de negligenciar-se em tal diagnóstico as causas estruturantes do desemprego - que fazem parte da própria dinâmica mais geral de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo -, revela os limites da solução insercional-competitiva. Isso porque, ao "depositar todas as fichas" na capacidade da economia de mercado em absorver o contingente muito elevado de desempregados existentes, a lógica da inserção pelo econômico não cessa de acumular sucessivos fracassos no tratamento do desemprego, haja visto o problema crônico de reprodução da pobreza via falta de trabalho para todos. Em outras palavras, tal diagnóstico não reconhece o caráter intrinsicamente excludente na dinâmica da própria economia de mercado via acumulação capitalista e, assim, não consegue enxergar soluções para além de um paradigma de mercado, cujo corolário é o crescimento econômico. A cegueira, nesse caso, impede a percepção de que mesmo imaginando a hipótese de um incremento súbito de qualificação da massa trabalhadora no Brasil, a economia de mercado não seria capaz de suportar ou abrigar os novos trabalhadores requalificados.

Diante das evidências desse tipo de argumento crítico, somadas as próprias constatações relativas aos limites da economia de mercado na absorção e geração de empregos, a concepção insercional-competitiva se renova e reatualiza sua interpretação da realidade. A indagação fundamental colocada pode ser expressa nos seguintes termos: quando a economia de mercado não supre ocupação para todos (mesmo pedindo arrêgo ao Estado), pois a oferta de trabalho acaba sendo inferior a sua demanda..., o que fazer? Assim, a reatualização de uma concepção insercional-competitiva passa pela construção de um novo discurso, o qual enfatiza o que chamaríamos de "a magia do empreendedorismo", associado às "virtudes do micro-crédito".

Ou seja, quando se reconhece a incapacidade do mercado em gerar emprego formal para todos, a solução dentro dos limites de paradigma econômico atual se concentra, então, na chamada geração do auto-emprego ou criação do próprio negócio. A idéia, dito de maneira simplificada, consiste em buscar transformar ex-assalariados em situação de desemprego em novos detentores de micro e pequenos negócios ou empreendedores. O discurso sobre as virtudes do empreendedorismo passa, assim, por uma valorização tão elevada que acaba por induzir a certa banalização dessa idéia. Em nome das qualidades da prática empreendedora (relativas à inovação, inventividade, flexibilidade, entre outros adjetivos), esquecem-se os riscos inerentes ao ato de empreender de forma privada. Entre estes, destaca-se seu caráter antropofágico, isto é, não há espaço para todos que empreendem numa economia de mercado em razão da própria natureza competitiva de tal iniciativa. A esse respeito, os dados do Sebrae relativos à longevidade de micro e pequenos negócios revelam-se elouqüentes: 90% de tais iniciativas não resistem aos primeiros cinco anos de vida. É precisamente esse tipo de característica que nos leva a interrogar o caráter sustentável de tal tipo de solução.

Apesar dessas evidências empíricas, a aposta em soluções ou saídas individuais para o problema do desemprego não perdeu fôlego. A força do discurso do empreendedorismo parece residir em dois grandes aspectos: de um lado, as qualidades inerentes à ação de empreender (inovação, criatividade, flexibilidade, disposição, espírito de iniciativa etc.), do outro, sua associação com as chamadas "virtudes do microcrédito". Microcrédito este que, num primeiro momento, é valorizado apenas enquanto forma de democratização do crédito para os excluídos do sistema financeiro e depois é acrescido da preocupação em ser "orientado", ou seja, acompanhado de assistência técnica.

Assim, a associação entre as idéias de empreendedorismo e microcrédito relaciona-se ao próprio fato de grandes instituições financeiras internacionais (como FMI ou BID, entre outras), já nos anos 80, passarem a difundir a importância do empreendedorismo e do microcrédito como grande solução para a crise do trabalho, devido à sua pretensão de incluir os mais pobres. É, assim, que a imagem da economia informal no terceiro mundo salta da condição de vilã do sistema (como era comum até o final dos anos 70) para uma valorização acrítica das supostas virtudes a ela associadas, como inventividade ou flexibilidade adaptativa, numa espécie de apologia a um "capitalismo de pés-descalços".

Esse contexto de popularização do microcrédito por grandes instituições financeiras internacionais é motivado, também, pela visibilidade de algumas experiências de grande impacto, como o caso da *Grameen Bank* em Bangladesh, e atrai o interesse do setor financeiro privado. A entrada de grandes bancos privados no campo do microcrédito, por meio de um processo mais conhecido como "bancarização dos mais pobres", representou a descoberta de um novo nicho mercadológico para as instituições financeiras convencionais, sacramentando, assim, a aparição de um novo fenômeno na dinâmica do capitalismo contemporâneo: "a indústria da microfinança".

Contudo, a "bancarização dos mais pobres", fomentada por uma "indústria do microcrédito", embora passe a exercer forte influência no campo das microfinanças, não encerra a totalidade de tais práticas e, ainda, obscurece a visão sobre uma série de outras experiências de finanças de proximidade ou de finanças solidárias que ampliam o universo das microfinanças. Porém, nesse caso, já estaríamos entrando em exemplos de soluções que aqui denominamos de sustentável-solidárias.

Em que consiste a via sustentável-solidária ?

A concepção sustentável-solidária parte da premissa segundo a qual, em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

É assim que tal concepção enfatiza a importância dos territórios; ou seja, aposta-se na capacidade dos territórios de serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes. Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da idéia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas. Afinal de contas, qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais? Em outras palavras, tal solução questiona as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos.

O modo de realização da concepção sustentável-solidária passa pela idéia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local.

A economia solidária pode ser definida como

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e envolvem diferentes tipos de

parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, pg. 15).

Uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos.

São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza:

- permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular;
- fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo desenvolvimento.

Em termos tipológicos, as formas de manifestação de uma rede de economia solidária podem se dar de três maneiras: transterritorial, territorial e mista. No nível transterritorial, uma rede desse tipo pode envolver uma articulação de vários empreendimentos que atuam na cadeia produtiva de determinado produto, a exemplo do que ocorre na cadeia de algodão, por meio da rede constituída em torno dos bens de vestuário produzidos pela marca "justa trama". Tal rede pode envolver, também, acordos e contratos bilaterais (ou multilaterais) entre iniciativas ou organizações em diferentes áreas ou níveis de atuação, a exemplo do comércio justo. Além disso, a rede transterritorial pode abarcar, ainda, empreendimentos de um mesmo tipo que compartilham princípios, saberes e um modo de funcionamento próprio, muito embora preservem sua autonomia enquanto organização individual, fruto de um contexto particular, a exemplo da rede brasileira de bancos comunitários.

No nível territorial, uma rede de economia solidária envolve, numa mesma base territorial, a articulação de empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em diferentes âmbitos de atuação: consumo ético, finanças solidárias, tecnologias livres, comércio justo, produção autogestionária e serviços locais, entre outros. Este tipo de rede supõe articulação entre iniciativas de distintas naturezas - sócio-econômicas, sócio-políticas, sócio-culturais e sócio-ambientais - e admite diferentes níveis de articulação com a economia local pré-existente ou já estabelecida.

Finalmente, o terceiro tipo é aqui denominado de misto, pois, supõe uma dimensão territorial, porém envolvendo parcerias e articulações transterritoriais. Na prática, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, pelo fato de que, raramente, se encontra alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, por razões, inclusive, de sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes através da expansão de suas atividades. O próprio de tais redes, aliás, é extrapolar sua dimensão territorial. Contudo, em se tratando de economia solidária, tal extrapolação só deve acontecer a partir de raízes muito sólidas fincadas localmente, ou seja, a partir de um fortalecimento da economia local.

Fundamentos da Via Sustentável-Solidária: na direção de uma visão de economia plural

As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia para um outro tipo de desenvolvimento. Além disso, elas representam a expressão concreta de uma via sustentável-solidária na promoção do desenvolvimento local. A compreensão dos fundamentos de tal concepção, bem como desse tipo de estratégia só parece possível a partir da adoção de uma outra visão ou paradigma

de entendimento do fato econômico e seu funcionamento real, ensejando a necessidade de redefinição ou resignificação acerca do sentido do agir econômico em sociedade.

Para tanto, dois conceitos em torno da idéia renovada de economia plural são de fundamental importância na construção de uma outra visão de economia. Trata-se das noções de hibridação de economias, supondo a combinação de lógicas econômicas diversas, de um lado, e a noção de construção conjunta da oferta e da demanda, do outro. Antes de abordar tais termos, importa destacar como essa discussão encontra o debate polanyiano (1975) acerca das definições formalista e substantiva de economia.

De fato, a compreensão da natureza singular das práticas de rede de economia solidária supõe uma desconstrução da concepção habitual sobre o fato econômico que o identifica com a noção de mercado ou troca mercantil. Ao menos duas implicações problemáticas podem ser constatadas em decorrência dessa definição, indicando seu caráter reducionista. A primeira diz respeito ao pressuposto de escassez, que caracteriza a realidade e meio ambiente econômico, *a priori*, por meio da ênfase sobre a noção de recursos raros. A segunda é relativa à visão de natureza humana, cujo comportamento reduz-se a uma questão de escolha racional, como se o próprio da ação e conduta humana fosse proceder sempre a um "cálculo utilitário de conseqüências", segundo a expressão de Guerreiro Ramos (1981). Em suma, tal definição formalista de economia baseia-se na axiomática do interesse (CAILLÉ, 2002).

A definição substantiva, por outro lado, ainda no sentido polanyiano, compreende a economia como "um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um provisão regular de meios materiais para satisfação de necessidades" (CAILLÉ, 2003). O sentido substantivo relaciona-se à concepção aristotélica de economia e a própria etimologia da palavra economia, remetendo à noção de ciência da boa gestão da casa (*oikós*), ou das condições materiais de existência.

Inspirados numa concepção muito próxima desta, os economistas clássicos ingleses (incluindo Marx) enxergam a economia política como o estudo científico da produção, da troca e da distribuição da riqueza material ou, ainda, conforme resume Caillé (2003), "a ciência dos sistemas econômicos, entendidos como sistemas de produção e de intercâmbio de meios para satisfazer necessidades materiais".

Combinando lógicas econômicas diversas

A compreensão sobre uma perspectiva substantiva de leitura da economia pode, em resumo, identificar-se à idéia de economia como toda forma de produção e de distribuição de riqueza - o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural. Como as formas de "fazer economia" variaram historicamente, já que se encontram distintas formas de produzir e distribuir riqueza nas diferentes culturas humanas ao longo dos tempos, pode-se, então, a partir dessa concepção, reconhecer diferentes economias, o que Polanyi (1983) chama de diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade.

Esses diferentes princípios históricos do comportamento econômico podem resumir-se a três formas de economia (LAVILLE, 1994) com o rearranjo de tais princípios na modernidade. Assim, economia entendida como toda forma de produzir e distribuir riquezas admite:

- a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; pois, neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço ou da relação social que se busca numa lógica recíproca;

- b) uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição. Ou seja, é marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
- c) uma economia não monetária – fundada no princípio da reciprocidade. Ou seja, é um tipo de relação de troca orientada, principalmente, segundo a lógica da dívida, tal como descrita por M. Mauss (2001). A dívida compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal, e o objetivo da circulação dos bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais. A lógica da dívida obedece, assim, a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a dívida é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999).

Em resumo, a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, corresponde à idéia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber (ou entender) o funcionamento da economia real, além de ampliar o olhar sobre o econômico, para além de uma visão dominante que reduz seu significado à idéia de economia de mercado, permite, ainda, perceber certas singularidades próprias às práticas de economia solidária.

A primeira dessas singularidades diz respeito à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção no nível micro ou meso-social desse conceito macro-social de economia plural. A segunda concerne à possibilidade de enxergar a economia solidária como uma articulação inédita dessas três formas de economia, inventando, assim, um outro modo de instituir o ato econômico; ao invés de ser concebida como uma “nova economia” que viria simplesmente somar-se às formas dominantes de economia, numa espécie de complemento, servindo de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente (como se a economia solidária tivesse a função de ocupar-se dos pobres e excluídos do sistema econômico, ocupando uma espécie de setor à parte num papel funcionalmente bem definido em relação ao conjunto). A terceira singularidade remete à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Nesse sentido, enfatiza-se o desafio fundamental da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas em meio a esta tensão de lógicas.

Contudo, para além dessa combinação de diferentes lógicas econômicas, enquanto traço que singulariza as práticas de economia solidária como fundamento de uma outra economia, importa salientar, ainda, uma segunda vocação de tal forma de economia que aqui definimos como construção conjunta da oferta e da demanda.

Construindo conjuntamente a oferta e a demanda

Tal vocação deve ser compreendida assumindo-se o pressuposto de entendimento da economia solidária como iniciativas de natureza associativa ou cooperativista que envolvem moradores, num determinado contexto territorial, os quais buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano, por meio do fomento à criação de atividades sócio-econômicas. Nesse sentido, a criação das atividades ou a oferta de serviços são construídas em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, então, no território, um circuito integrado de relações sócio-econômicas que envolvem produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária.

Assim, nesse tipo de economia, a consideração sobre oferta e demanda como entidades abstratas (supostamente vocacionadas a harmonizar-se sempre, graças à ação transcendente de uma mão invisível - num processo mais conhecido como auto-regulação do mercado) perde sentido. Do mesmo modo, a competição, também, deixa de ter importância nessa lógica; porque o objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual (em regimes de mercado supostamente auto-regulado) entre a produção e o consumo (pelos seus efeitos danosos muitas vezes em termos sociais...) e o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a afirmação do conceito de *prossumidores*.

Nessa economia de *prossumidores*, a regulação ocorre por meio de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local, em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação das atividades sócio-econômicas), em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios.

Finalmente, a construção conjunta da oferta e da demanda como característica-chave dessa outra economia estimulada supõe, ainda, no nível da ação, uma articulação fina entre dimensões sócio-econômica e sócio-política. Isto porque a elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se a uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território, os quais debatem politicamente seus problemas comuns e decidem seus destinos. Tais iniciativas têm vocação, desse modo, a constituírem-se, também, como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios de pertencimento.

Importa salientar que esta construção conjunta da oferta e da demanda significa, na prática, muito mais uma vocação das experiências de economia solidária; ou seja, ela não acontece sempre. Isso quer dizer que nem todos os bens e/ou serviços ofertados em experiências de economia solidária são frutos de uma construção conjunta da oferta e da demanda. Tal construção conjunta aparece de modo mais nítido nas experiências de rede local de economia solidária, especialmente quando enraizadas num território, seja abarcando uma cadeia produtiva, seja ofertando serviços e/ou produtos que a comunidade precisa.

Superando alguns reducionismos de visão

Em resumo, os termos do debate que empreendemos acima, como modo de compreensão da temática da economia solidária, apresentam, ainda, o mérito de permitir ultrapassar quatro tipos de reducionismo amplamente praticados na análise teórica, e que dificultam, sobremaneira, um entendimento mais arejado do assunto (e da realidade), quais sejam:

A irredutibilidade da idéia de organização à de empresa mercantil

Um desses reducionismos é a tendência a identificar a idéia de organização produtiva como sinônimo necessário de empreendimento lucrativo e fins utilitários. Tal modo de pensar anula as possibilidades de ações coletivas organizadas de natureza produtiva e de se elaborar atividades econômicas sem fins de acumulação privada e em benefício de grupos e comunidades territoriais. Isto implica ampliar o conceito de organização produtiva para além da norma capitalista, assim como, redefinir os parâmetros de gestão comumente utilizados na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias.

A irredutibilidade da idéia de economia à de troca mercantil

Um segundo reducionismo susceptível de superação nesse debate é aquele que identifica a idéia de economia exclusivamente com a lógica utilitarista da eco-

nomia de mercado ou da troca mercantil. Tal reducionismo impede as possibilidades de uma ampliação da compreensão sobre o que seja o ato econômico e seu sentido para a vida em sociedade, na direção de sua re-significação enquanto forma de produzir e distribuir riquezas. É assim que a superação de tal reducionismo permite enxergar as singularidades das formas muito diferentes de instituir a economia, entre as quais aquela que coloca a solidariedade no centro da elaboração de atividades produtivas.

A irredutibilidade da idéia de política à de Estado

Um terceiro reducionismo consiste em separar a política da sociedade, ou seja, das práticas cotidianas dos cidadãos em seus respectivos territórios, como se o *lôcus* fundamental para tal fim fosse, exclusivamente, as estruturas de Estado. A visão da economia solidária aqui trabalhada insiste na idéia de uma economia não como um fim em si mesmo (como na lógica de mercado), mas como um meio a serviço de outras finalidades (sociais, políticas, culturais, ambientais etc.). Isto significa conceber a elaboração de atividades econômicas por meio de iniciativas organizadas como formas de resolução de problemas públicos concretos num determinado território. Ou seja, as formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, isto é, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas se voltam para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades que incitam cidadãos a agir.

A irredutibilidade da ação humana à de ação interessada

Ao contrário das abordagens da ação social em termos de escolha racional, como se o próprio da ação humana fosse proceder sempre e exclusivamente segundo um cálculo utilitário de conseqüências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais, a perspectiva da economia solidária abre-se muito mais para uma visão complexa do humano. Este é pensado como antes de tudo um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, é marcado pela incerteza. Se a necessidade, impelindo por vezes os atores a condutas utilitárias, constitui um elemento não desprezível na análise dessa realidade, por outro lado, tal fator não pode ser considerado o motor exclusivo quando se explicam condutas humanas, sobretudo em matéria de economia solidária.

Conclusão: a construção da via sustentável-solidária e seus desafios

Vimos a pouco que a concepção sustentável-solidária de combate à falta de trabalho requer um foco de visão territorial com ênfase na reorganização das economias locais, a partir da centralidade do conceito de rede de economia solidária. Contudo, a construção desse tipo de solução não supõe tarefa fácil e implica a superação de alguns desafios fundamentais.

De todo modo, passos ou ações significativas podem ser vislumbradas a partir de algumas experiências acumuladas no âmbito da incubação tecnológica de iniciativas de economia solidária, conforme nossa experiência na UFBA. O êxito em tais processos parece diretamente proporcional a conjunção de múltiplos fatores que envolvem a construção de arranjos institucionais de tipo novo, tais como: apoio institucional, especialmente no nível governamental, na direção de criação e do fortalecimento de uma política pública para a economia solidária que suporte iniciativas de construção de redes; metodologias apropriadas de formação e cons-

tuição de tais iniciativas em rede por meio de parceria com instituições especializadas nesse âmbito, como incubadoras universitárias ou organizações não governamentais com notório saber nesse campo; e participação ativa de pessoas, grupos e entidades locais diretamente envolvidas no processo de reconstrução do seu próprio território.

No nível mais operacional, portanto, a implantação de uma rede local de economia solidária requer alguns processos fundamentais. Tais processos podem ser visualizados, ainda, como fazendo parte, metodologicamente, de uma dinâmica de incubação tecnológica. A incubação de economia solidária supõe um processo de fortalecimento das capacidades locais na alavancagem do seu próprio processo de desenvolvimento. Trata-se de um arranjo institucional novo, supondo uma interação dinâmica entre atores sociais distintos (universidade-comunidade-sociedade), com base num princípio de reciprocidade na produção, transferência e difusão do conhecimento.

Assim, um primeiro passo importante da implantação de tais redes locais é a mobilização dos atores no seu território para uma discussão pública dos problemas comuns. É preciso, nesse caso, estimular e fortalecer as iniciativas sócio-organizativas enquanto suporte fundamental para as ações sócio-produtivas que acontecerão na seqüência. Isso porque, é necessário valorizar as mais diferentes manifestações em termos de constituição de espaços públicos locais, seja por meio de estímulo ao associativismo, seja pela constituição de fóruns locais que representarão a base para o salto que o território poderá dar. Em tempos de déficit nas mais variadas formas de ação coletiva no mundo, contribuindo para uma tendência de baixa participação político-cidadã em processos sociais gerais, esta tarefa revela-se particularmente complexa. Como contraponto de tal tendência, o momento de mobilização deve estar baseado na formação e capacitação das pessoas, com especial atenção para o aspecto pedagógico desta mobilização.

Além da mobilização, esse processo deve contar, ainda, com a realização de diagnóstico sobre a situação sócio-econômica do território. Tais diagnósticos, baseados em estudos especificamente elaborados para essa finalidade, a exemplo da chamada pesquisa de mapeamento da produção e consumo local, permitem um levantamento de informações detalhado sobre o modo de vida e a sócio-economia do lugar, indicando aspectos relevantes como hábitos de consumo e necessidades locais, além da capacidade produtiva e potencial de serviços, entre outros. O intuito de tais diagnósticos é gerar conhecimento aprofundado sobre a própria realidade como base para sua transformação, reconstrução.

Ou seja, se o horizonte da transformação implica uma reorganização das economias locais, logo tais estudos constituem a base para a elaboração de planejamento, no sentido de orientar a criação de atividades (as ofertas) em função de demandas locais identificadas nestes diagnósticos. O planejamento, aqui, constitui a espinha dorsal de um processo de construção de redes locais que fortalecerá o próprio processo de sua implantação com ênfase na sustentabilidade territorial. Como uma rede desse tipo se constrói não apenas a partir das novas iniciativas ou empreendimentos criados, mas, também, do que já existe como economia local, um amplo esforço de mobilização do conjunto de tais atores faz-se necessário numa espécie de pacto territorial novo. Algumas práticas no campo das finanças solidárias ou de proximidade, tais como bancos comunitários de desenvolvimento, têm se revelado expressivas na capacidade de fomentar e estimular tais redes e pactos. Um exemplo é a necessidade de institucionalização de um sistema de micro-crédito solidário envolvendo circulação de moeda social e que dispõe de regras institucionais próprias, as quais são compartilhadas por todos que comercializam numa determinada área. Nesse tipo de situação, a criação de fóruns econômicos locais ou de Fóruns de Desenvolvimento Comunitários representam um bom exemplo de novos pactos e arranjos sustentável-solidários de desenvolvimento.

Em resumo, pode-se considerar que o processo de concretização da via sustentável-solidária de desenvolvimento local requer ao menos quatro proces-

tos fundamentais em interação dinâmica: a) a mobilização e formação; b) a pesquisa; c) o planejamento; e, d) a própria montagem dos empreendimentos e implantação da rede. Tal processo na prática envolve alguns desafios fundamentais.

Um dos desafios diz respeito à questão do marco legal ou marco regulatório das práticas de economia solidária. O fato de não haver uma legislação apropriada à realidade da economia solidária, tanto em termos de forma de organização, quanto de legislação trabalhista, obriga uma série de ajustes na construção das redes locais que acabam constringendo e restringindo o potencial de mudança de tais propostas.

Além disso, um outro desafio concerne à construção prática da economia solidária em termos de gestão das suas diferentes formas de manifestação. O obstáculo, nesse caso, diz respeito à necessidade de elaboração e desenvolvimento de ferramentas apropriadas à gestão, tanto das iniciativas em particular, quanto das redes locais. Na falta de um conhecimento de natureza aplicada sobre a lógica de funcionamento e gestão em economia solidária, importam-se metodologias e ferramentas de gestão oriundas do setor privado-mercantil, cujo efeito é o forte risco de isomorfismo institucional, no sentido das organizações de economia solidária incorporarem a racionalidade do mercado e, assim, não atingirem os objetivos a que se propõem.

Aliado a esse problema, se coloca a questão da formação e capacitação das pessoas envolvidas em iniciativas de economia solidária. Como a maioria dos empreendimentos é de base popular, os *déficits* de escolaridade e capacitação das pessoas são grandes. Isso quer dizer que a formação em economia solidária requer ainda uma restauração de conteúdos de formação básica e supõe aportes metodológicos muito específicos para a capacitação em gestão, pois envolve aspectos pedagógicos especiais ao tentar combinar uma formação técnica e política com saberes locais que devem ser respeitados.

Um outro desafio se coloca em relação ao modo específico de construção da sustentabilidade em rede de economia solidária. Neste, devem ser reafirmadas lógicas de hibridação de princípios econômicos distintos, conforme discutido antes, o que implica uma multiplicidade de fontes de captação e geração de recursos. Assim, um forte potencial de desenvolvimento de redes reside na articulação entre princípios redistributivos e recíprocatários, ou seja, na linha de contratos públicos. Entretanto, a ausência de um marco legal específico neste âmbito impõe dificuldades muito grandes.

Finalmente, talvez, o grande desafio apresenta-se de maneira indireta. Trata-se da mudança de mentalidade necessária em relação ao paradigma econômico convencional, o qual considera o desenvolvimento exclusivamente associado à idéia de crescimento econômico centrado no mercado.

Muito embora tais desafios se imponham, importa salientar o potencial dessa via sustentável-solidária enquanto avenida renovada de soluções para o problema da falta de trabalho. Nesse intuito, destacamos a seguir três argumentos nesta direção.

a) Em termos mais amplos, com a idéia de uma via sustentável-solidária, não se trata de uma lógica exclusivista. Ou seja, a dinâmica e lógica do mercado continuam a ter seu espaço nessa agenda de desenvolvimento: é preciso pensar economia como economia plural e imaginar diferentes enclaves e institucionalidades na regulação da vida econômica e social de uma sociedade;

b) Trata-se de uma abordagem que privilegia uma intervenção territorial, baseada na idéia de reorganização das economias locais. Nesse sentido, o conceito de rede de economia solidária e os circuitos próprios de relações de comercialização e consumo interrogam o imperativo da competitividade como motor do desenvolvimento, em prol de uma outra visão da sustentabilidade;

c) Essa via atinge muito diretamente a questão das relações de sociabilidade nos territórios (com vistas ao seu fortalecimento e/ou reconstrução), além de considerar o conjunto das dimensões que compõe a vida das pessoas num lugar para além do aspecto econômico como: as formas de auto-organização político-

associativo (dimensão sócio-política); o resgate e afirmação de sentimentos de pertença e identidade local (dimensão sócio-cultural); e a preservação ambiental e busca de soluções tecnológicas adequadas ao seu meio-ambiente, além de socialmente apropriadas por todos (dimensão sócio-ambiental).

Referências

- AZNAR, G. *Trabalhar menos - para trabalharem todos*. São Paulo: Página aberta, 1993.
- CAILLÉ, A. " Sur les concepts d'économie em general et d'économie solidaire en particuliere". In: *La revue du MAUSS semestrielle*, n.21. Paris: La Découverte, 2003.
- CASTEL, R. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation - precarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In: Donzelot (org.), *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit, 1991.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale - une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.
- FRANÇA FILHO, G. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: *Civitas*. Porto Alegre - PUCRS, v.7, n.1, jan-jun-2007.
- FRANÇA FILHO, G. A economia popular e solidária no Brasil. In: França Filho et al.(org.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre-Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006.
- FRANÇA FILHO, G. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: França Filho, G. ; Laville, J. ; Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Edufrgs-Edufba, Porto Alegre-Salvador, 2006.
- FRANÇA FILHO, G. Economia solidária e movimentos sociais. In: Medeiros, A., Schiochet, V. e Schwengber, A., *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife, Edufpe, 2006.
- FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária. Uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Revista Organizações de Sociedade*, n. 14, v. 6, Salvador: EAUFBFA, jan/abr, 1999.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail, quête de sens - critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- GORZ, A. *Miseres du présent, richesse du possible - Dépasser la société salariale*. Paris: Galilée, 1997.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações*. São Paulo: FGV, 1989.
- LAVILLE, J.L. (org.). *L'économie solidaire - une perspective internationale*. Paris:Desclée de Brouwer, 1994.
- LAVILLE, J.L. (org.). La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In: Laville, J.L.(org.), *Lê travail, quel avenir ?* Paris: Gallimard, 1997.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- POLANYI, K. *Lês systèmes économiques - dans l'histoire et dans l'économia*. Paris: Librairie Larousse, 1975.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.